

Emblemas da intolerância: Jean Calas, Jean Charles e a tolerância segundo Voltaire

Por Valério Guilherme Schaper*

Resumo:

O texto é uma apresentação do tratamento que Voltaire deu ao tema da intolerância a propósito de um caso que se tornou famoso na França no século XVIII. O caso envolve o julgamento público de um protestante calvinista que foi acusado de ter enforcado o próprio filho que, se supõe, pretendia passar para o catolicismo. A pretexto deste caso, Voltaire empreende uma leitura mordaz e irônica das práticas religiosas, cujo zelo enredam os cristãos em um emaranhado de contradições, que colocam a França numa situação caótica e sob o risco de se desintegrar política e economicamente. A análise ferina de Voltaire é um microscópio que amplia os labirintos insuperáveis do fanatismo no seio das religiões. O texto de Voltaire oportuniza ainda uma interessante reflexão sobre fatos atuais os quais recolocam a pergunta pela tolerância como condição indispensável da vida em sociedade.

Palavras-chave:

fanatismo, superstição, tolerância, intolerância, religião, Voltaire

*“[...] tanto é fácil ao fanatismo arrancar a vida à inocência,
como é difícil à razão restituir-lhe a justiça”.*

Voltaire

Prólogo

* Doutor em teologia e professor de teologia sistemática e de ética da Escola Superior de Teologia em São Leopoldo. Membro da Comissão Teológica do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC) e da Comissão Bilateral Católico-romana e evangélico-luterana, vem se dedicando no último ano a um projeto de pesquisa voltado para o tema da tolerância.

A morte de Jean Charles de Menezes¹, num metrô de Londres em 2005, converteu-se em um emblema do tipo de “fricções” que as recentes correntes migratórias vêm gerando pelo globo afora². As grandes migrações que, no passado da humanidade, foram oportunidade para espalhar vida, combinando genes e culturas, converteram-se em ameaça à vida, às culturas. Jean Charles, não obstante o nome quase anglo-galês, entrou num padrão de suspeição étnico-cultural, acirrado pelos embates entre o Ocidente e o Oriente.

Vítima do medo, Jean Charles tornou-se mais um personagem na longa história de um drama que ele sequer chegou a atinar ou, mesmo, entender. Presumo que o povo de Gonzaga, cidade onde nasceu Jean Charles, tampouco chegará a entender de fato a amplitude deste evento³. E se quiserem entender, como explicar a derrocada da tolerância num povo que tem como um dos seus pais intelectuais, John Locke, filósofo que contribuiu decisivamente para estabelecer o uso moderno do

¹ “A polícia britânica matou ontem o mineiro Jean Charles de Menezes, 27, na estação de Stockwell, no sul de Londres, após tê-lo confundido com terrorista ligado aos ataques da última quinta-feira na capital britânica. Ele era natural de Gonzaga, no interior de Minas Gerais, e vivia há cerca de quatro anos em Londres trabalhando como eletricitista. Hoje, a Scotland Yard admitiu o erro e informou que o homem foi atingido cinco vezes na cabeça depois de ter se recusado a obedecer a ordens da polícia de parar dentro de um vagão do metrô.” Érica FRAGA. - Polícia britânica mata brasileiro por engano após confundir-lo com terrorista. Notícia publicada na Folha Online em 23.07.2005. Notícia disponível em

<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u86015.shtml>>, acessada em 02.04.07.

² Gonzaga, MG, vizinha da famigerada cidade de Governador Valadares - a cidade brasileira mais próxima dos EUA - tem nominalmente cerca de 5.482 habitantes. Fernanda MENA, Adriana CHAVES E Deborah GIANNINI. Morte choca cidade de 5.500 habitantes. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2407200504.htm>. Acessado em 28.07.05. Segundo Istoé Dinheiro, cerca de 1.500 jovens de Gonzaga estão espalhados pelos EUA e Europa. No Brasil, esse número quase chega à casa dos 3 milhões de brasileiros/os, que enviaram ao país, em 2004, um total de US\$ 3,268 bilhões. Elaine COTTA. Amargo regresso. Disponível em <http://www.terra.com.br/istoedinheiro/412/economia/amargo_regresso.htm>. Acessado em 28.07.05.

³ Há pessoas da localidade que intuíram o problema, como indica a seguinte frase de uma moradora de 68 anos: “Isso vai continuar acontecendo enquanto a juventude se achar sem condições de crescer financeiramente por aqui mesmo”. Elaine COTTA. Amargo regresso. Disponível em <http://www.terra.com.br/istoedinheiro/412/economia/amargo_regresso.htm>. Acessado em 28.07.05.

conceito? Como explicar o assassinato de um jovem numa sociedade que foi admirada por Voltaire pela capacidade de aceitar a pluralidade da sociedade?⁴

Voltaire e o caso Jean Calas

Foi um equívoco de ordem semelhante⁵, uma morte sob o manto do cumprimento da justiça e da salvaguarda da sociedade, que motivou o filósofo Voltaire⁶ a escrever seu “Tratado sobre a Tolerância”.

Em Toulouse, França, em 09.03.1762, Jean Calas, cujo primeiro nome também coincide emblemática e ironicamente com o do brasileiro, condenado pela justiça, morreu na “roda do suplício” por ter, assim supôs a justiça francesa, enforcado o próprio filho, Marc-Antoine.

A história, no entanto, é complexa. A família Calas, negociante em Toulouse há mais de 40 anos, era protestante (calvinista) num local e numa época pouco favorável para as dissidências religiosas. Um filho havia abjurado do protestantismo. A cozinheira, há muitos anos na família, também era católica-romana. Havia, então, espaço para opção religiosa no seio da família. O filho morto não se ajustava ao

⁴ VOLTAIRE, *Tratado sobre a tolerância*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 22.

⁵ As semelhanças param por aí. Jean Calas, bem ou mal, teve um julgamento e foi supliciado após ter se chegado a um veredicto. Jean Charles foi sumariamente assassinado. Um erro brutal! O julgamento que se seguiu não conseguiu atribuir responsabilidades nem culpas. O fato entrou para a nebulosa área do “acidente lamentável”. Ignora-se, conscientemente ou não, que os mecanismos de suspeição protetivos da sociedade Ocidental diante do Oriente Muçulmano estão disparando os mecanismos irracionais do medo coletivo, o medo como epidemia. Todos, e principalmente os que entrarem no padrão de suspeição étnico-cultural, são culpados até que se prove o contrário. A fronteira nebulosa entre motivações religiosas, políticas e econômicas é, contudo, muito semelhante.

⁶ François Marie Arouet, mais conhecido pelo pseudônimo Voltaire, nasceu em 1694 e faleceu em 1778. Foi filósofo e homem de letras e sua obra teve grande repercussão, ainda durante a sua vida. Deísta de forte influência empirista, Voltaire é um dos grandes nomes do Iluminismo francês.

comércio e aspirava à magistratura, no que foi impedido por não obter os certificados de catolicidade romana. Desesperançado, imagina-se, enforcou-se.

A multidão, que afluíu a casa no momento em que o corpo foi encontrado, não interpretou assim. A multidão histórica entendeu que o Pai (auxiliado pela mãe, pelo irmão e por um amigo de visita) matou o filho porque ele pretendia abjurar da sua fé e converter-se ao catolicismo no dia seguinte. No desvario, imaginou-se um complô dos protestantes. Arrastado ao julgamento, Jean Calas foi condenado num julgamento de poucas provas materiais e grande divisão dos magistrados.

Dos treze conselheiros, oito votaram a favor da morte. Mesmo com um resultado tão apertado, “[...] era preferível supliciar um velho calvinista inocente a expor oito conselheiros [...] a admitirem que haviam se enganado”⁷, como se disse na época. Voltaire coloca da seguinte forma o dilema: ou o fanatismo religioso da multidão induziu e coagiu a magistratura a fazer supliciar um inocente, ou o fanatismo religioso do pai (mãe, irmão, amigo) levou-o a estrangular o filho. Num caso ou noutro, o excesso religioso gerou um crime.

Voltaire decidiu apresentar ao público suas reflexões sobre a tolerância, “apanágio da natureza” segundo a razão, tendo como tema central uma pergunta acerca da essência da religião: ser bárbara ou caridosa. Por que este remoto incidente deveria nos interessar hoje? Voltaire diz que a desgraça de Calas deveria provocar a “maior impressão”, como se fosse um “trovão irrompendo na serenidade de um belo dia”.

As questões que se colocam hoje a partir do caso de Jean Charles, assim como as que se colocavam no caso de Jean Calas, apontam para um amálgama gigantesco de motivações religiosas, étnicas, culturais, econômicas, políticas que se cruzam num

⁷ VOLTAIRE, 2000, p. 13.

mosaico assustador, cuja imagem se nega terminantemente a se entregar a qualquer forma superficial de compreensão.

Neste teatro de absurdos, um clamor ora forte, ora frágil, ora racional, ora emotivo, parece convergir para a idéia da tolerância, como uma espécie de “apanágio” residual - celebra Voltaire! - de um mundo que navega sobre incertezas. Tolerância parece circular entre nós como uma espécie de “últimos dos moicanos” conceituais, relicário de valores e direitos inalienáveis. Apresentam-nos a tolerância como “tabu”, novo interdito moral capaz de refundar a civilização, recriar as instituições. Teria a tolerância tanto poder? Afinal em que consiste a tolerância para que dela se possa esperar tanto? Nos fatos narrados acima, ela não se apresenta tão convincente quanto derrotada? Quem pôs e põe a circular este conceito? De onde ele vem? Para onde nos conduz? Trata-se de um tesouro ou mero ouro de tolo?

Sem assumir o compromisso de responder pontualmente estas questões, queremos nos deter aqui nas reflexões de Voltaire sobre aquele caso do passado, na esperança de que o presente seja iluminado.

Um terreno movediço

Para se ter uma breve idéia retrospectiva das belicosas relações entre católicos-romanos e huguenotes (protestantes franceses) na França, basta lembrar que enfiamentos armados com muito derramamento de sangue que atravessaram os séculos XVI e XVII. Os primeiros protestantes aparecem na França em 1520, embora livros de Lutero já circulassem em Paris em 1519. Até que se firmasse o Édito de Saint-Germain (1570), dando direito de culto aos protestantes em duas localidades nos subúrbios de Paris e controle militar sobre 04 cidades, assistiu-se a vários

enfrentamentos⁸ (1562-3, 1567-8, 1568-70). Entretanto, a frágil trégua consagrada pelo Édito de Saint-Germain durou dois anos. Em 1572, a tentativa mal-sucedida de eliminar um dos maiores líderes protestantes, Almirante Coligny, desencadeou, na noite do dia 24 de agosto de 1572, um massacre de protestantes, que passou à história como “Noite de São Bartolomeu”. Novamente os enfrentamentos militares voltaram (1573, 1574-6, 1577, 1580). Finalmente, chegou-se ao Édito de Nantes, que previa liberdade religiosa, política e militar para protestantes. Em 1610, Richelieu persegue os protestantes e retira seus direitos políticos e militares, restando a liberdade religiosa. Em 1685, Luís XIV aboliu também a liberdade religiosa dos protestantes, ocasionando uma massiva fuga de protestantes e, obviamente, uma evasão de capitais⁹. Este cenário todo é amplamente intensificado pela crescente influência do jansenismo¹⁰, que apresentava vários pontos de contato doutrinário com o calvinismo.

Diferentemente do que ocorria em outros países (Alemanha, Inglaterra, Holanda) na Europa no século XVIII, a França não oferecia muitas possibilidades de interpretação religiosa dentro do cristianismo. A opção real dava-se entre o catolicismo-romano de forte cunho jesuítico e a posição racionalista que crescia e que desaguaria, com os resultados conhecidos, na Revolução Francesa (1789). Neste complexo cenário de enfrentamentos, é preciso situar os fatos imediatos que motivam Voltaire a escrever e os demais eventos da questão religiosa, a maioria deles arrolados na argumentação de Voltaire.

⁸ O primeiro édito de tolerância de 1562, fruto mais palpável do colóquio de Poissy, durou menos de um mês (janeiro a fevereiro de 1562). LINDBERG, Carter. *As reformas na Europa*. São Leopoldo: Sinodal, 2001. p. 342-5.

⁹ LINDBERG, 2001, p. 345-54; WALKER, W. *História da Igreja Cristã*. São Paulo: ASTE, 1981, v.2. p. 110-20.

¹⁰ Tendo iniciado sob a égide do bispo de Ypres, Cornelius Jansen (1585-1638), o jansenismo, de forte influência agostiniana e ênfase na predestinação do ser humano para a salvação e para a perdição, expandiu-se na França graças ao trabalho de Jean Duvergier de Hauranne, abade de Saint-Cyran, Antoine Arnauld e, mais tarde, de Pasquier Quesnel (1634-1719). Blaise Pascal (1623-1662) esteve ligado a este movimento.

A essência da religião e as razões da tolerância

Voltaire inicia sua argumentação mostrando que o espírito faccioso e a perseguição causaram muitos males. Ele sugere que a indulgência e a liberdade de consciência jamais causariam males como aqueles e demonstra, por inúmeros exemplos históricos, que a intolerância causa mais males do que a tolerância. Em suma, ele contesta qualquer possibilidade de fundar a intolerância em algum suposto direito natural ou humano. O princípio universal, argumenta ele, é o de fazer ao outro o que se deseja para si.

Com ironia e mordacidade, Voltaire investe contra um suposto direito à intolerância por parte da religião dominante contra os heréticos. Ele demonstra as contradições em que incorre a intolerância, pois afirmá-la supõe condenar os pais da fé cristã e dar razão aos que supliciam tantos mártires. Deveria uma religião divina reinar pelo ódio? Pergunta Voltaire. Ele afirma que quanto mais divina uma religião, tanto menos compete aos seres humanos comandá-la. Isto cabe a Deus. O suposto direito da intolerância chegaria ao cúmulo de encher o céu de criminosos, pois seria tanto mais santo aquele que mais hereges matasse. Voltaire tem em mente aqui a fatídica noite de São Bartolomeu que, segundo dados aproximados, significou a morte violenta de 20 mil protestantes.

A partir de um atento exame da Escritura, Voltaire passa por textos complexos do Antigo Testamento e do Novo Testamento, contestando as leituras que procuravam encontrar ali apoio para as práticas intolerantes. Voltaire assegura que, no Antigo Testamento, se percebe que Deus não somente tolerava outros povos como tinha por eles um cuidado particular. Do exame do Novo Testamento, sobretudo, do ensino de Jesus, Voltaire conclui ali é pregada a doçura, a paciência e a indulgência. Ele aconselha aos que querem imitar Cristo que observem bem, pois aos imitadores cabe mais atitude de mártir do que de algoz. Ele insiste que é preciso ter razões muito mesquinhas para querer encontrar na Escritura fundamento para intolerância.

O único acaso em que a intolerância é de direito humano é quando se deve resistir aos intolerantes e suas ações pretensamente bem intencionadas.

O autor encerra conclamando todos a uma tolerância universal, pois somos todos filhos/as do mesmo Pai e criaturas do mesmo Deus. As condenações e exclusões mútuas não competem ao ser humano, pois significaria antecipar o juízo de Deus. Para finalizar, ele dirige-se não mais às pessoas, mas ao próprio Deus em oração, clamando por misericórdia pelos erros dos seres humanos e pedindo para que as pessoas ajudem a suportar o fardo da vida e para que se lembrem de que são irmãos/ãs.

O fanatismo é uma superstição!

Deísta e defensor da razão como norma primeira da vida, Voltaire afirma que é estranho que, em uma época de tantos progressos da razão, o fanatismo tenha prevalecido. Otimista, ele quer crer que estas convulsões súbitas do fanatismo sejam estertores de morte. Ele se debate tanto mais se apercebe de sua condição de prisioneiro condenado a uma morte eminente. Contudo, ele admite a fraqueza da razão e a insuficiência das leis. Por isso mesmo entende que cabe, nesta hora, o uso imparcial da razão para restituir as coisas aos seus lugares, pois, não obstante, fraca, Voltaire crê na força persuasiva da razão e aponta para a necessidade de cultivar os seus frutos, posto ser “impossível impedi-los de nascer”¹¹.

Como todo pensador das luzes, Voltaire trava batalha cerrada contra toda forma de obscurantismo. Ele entende que não pode dar trégua a qualquer forma de “superstição”.

¹¹ VOLTAIRE, 2000, p. 115.

A religião abusada torna-se superstição: “Quando os homens não têm noções corretas da divindade, as idéias falsas as substituem, assim como nos tempos difíceis trafica-se com moeda ruim, quando não se tem a boa”¹². A superstição, diz Voltaire, funciona para a religião como a astrologia para a astronomia, é “a filha muito insensata de uma mãe muito sensata”¹³. Ambas subjugarão a terra por muito tempo. E o ser humano prefere viver afogado em superstições a viver sem religião. Em certo sentido, admite Voltaire, a religião é até mesmo necessária em qualquer lugar em que haja sociedade, pois, enquanto a lei protege contra crimes conhecidos, a religião protege contra os crimes secretos¹⁴. A religião funcionaria como uma espécie de trincheira ética, um tipo de freio moral contra as pulsões interiores.

De toda as superstições, a mais perigosa, afirma Voltaire, é a de “odiar o próximo por suas opiniões”¹⁵. Voltaire afirma que, no cristianismo, pessoas são mortas por causa de “parágrafos”, “opiniões”, enfim, “crenças”¹⁶. Quando isso ocorre, a superstição degenera-se no fanatismo, que supõe ser criminoso todo o que pensa diferente, todo o que não concorda integralmente. No seu entender, o motor gerador da intolerância em toda sua extensão é o fanatismo¹⁷. O fanatismo, ensina Voltaire, é inimigo da natureza; a tolerância é o apanágio da natureza, apanágio dos razoáveis, dos não fanáticos¹⁸. O fanatismo é irracional. Só os não fanáticos merecem a tolerância, pois todo o fanatismo perturba a sociedade e configura-se como crime passível de punição por parte do estado. Não é possível, então, como dito, tolerar o fanático.

Para a superstição do fanatismo, como para todas as outras em geral, vale o princípio da razão iluminista: só há uma forma de reduzir o número de fanáticos,

¹² VOLTAIRE, 2000, p. 113.

¹³ VOLTAIRE, 2000, p. 113.

¹⁴ VOLTAIRE, 2000, p. 113.

¹⁵ VOLTAIRE, 2000, p. 116.

¹⁶ VOLTAIRE, 2000, p. 34; 37.

¹⁷ VOLTAIRE, 2000, p. 132.

¹⁸ VOLTAIRE, 2000, p. 105; 132.

maníacos: “submeter esta doença do espírito ao regime da razão, que esclarece lenta mais infalivelmente, os homens”¹⁹.

Voltaire não define exatamente o que seria a tolerância. Em alguns momentos, o texto sugere que seja um dispositivo legal para o correto funcionamento do estado de direitos²⁰. Em outros momentos, soa como uma virtude a ser cultivada²¹. Em outras ocasiões, o texto sugere simplesmente que, por ser um “apanágio da natureza”, cujo corolário é o regime da razão, a tolerância seria um fruto inevitável em termos de saldo civilizatório que deve apenas ser administrado²². Voltaire não menciona os mecanismos educacionais como instrumento para alcançar a tolerância. Theodor Adorno, pensador contemporâneo de influência neo-iluminista, insiste no poder da educação contra a possibilidade de repetição da barbárie, como a de Auschwitz. Ele não crê que a educação impeça o surgimento de mentes fanáticas, facciosas, criminosas, mas pode impedir que pessoas, abaixo deles, estejam suscetíveis a praticar atos que as escravize, destituindo-as de sua dignidade humana²³.

Como diz o texto em epígrafe, Voltaire está ciente de que é mais fácil ao fanatismo macular a inocência e atacar a vida, do que o mero recurso à razão devolver-lhe justiça. No caso Calas, em 09 de março de 1765, no mesmo dia do suplício de Jean Calas, três anos depois, a justiça reconheceu o equívoco e inocentou a família. Além disso, a família contou ainda com o direito da beneficência e foi indenizada pelo estado. Obviamente, a justiça feita à família Calas não reparou os danos provocados pelo fanatismo. Somente a tolerância pode evitar que a terra seja devastada pelo fanatismo e que os irreparáveis males decorrentes fustigue as consciências e destrua vidas.

¹⁹ VOLTAIRE, 2000, p. 30.

²⁰ VOLTAIRE, 2000, p. 105.

²¹ VOLTAIRE, 2000, p. 13; 127.

²² VOLTAIRE, 2000, p. 30.

²³ ADORNO, Theodor. Educação após Auschwitz. In: COHN, Gabriel (Org.). *Sociologia*. 1986. p. 45.

A religião com vórtice

Voltaire volta-se contra uma leitura por demais estreita da tradição cristã no âmbito do catolicismo-romano levada a cabo pelos jesuítas. Neste sentido, ele faz coro ao jansenistas em seu combate aos jesuítas. Voltaire advoga a dissolução desta ordem, pois, no seu entender, parte dos males que assolam a França está na intolerância dos jesuítas, no seu fanatismo²⁴. Voltaire percebe que o fanatismo implícito nos dois lados do enfrentamento, mas especialmente criticado por ele na posição jesuíta, estava gerando problemas de outra ordem: econômica²⁵.

Assim, ele espalha pelo livro várias considerações de ordem prática que mostram claramente que, em primeiro lugar, a concórdia entre as religiões, tendo como referência a tolerância, era benéfica para a sociedade em termos materiais²⁶. Em segundo lugar, ele indica regiões da França onde a prevalência do luteranismo coincide com a opulência das províncias²⁷. Em terceiro lugar, ele indica que o fim das disputas poderia significar o repatriamento de muitas fortunas que se foram por medo²⁸. Em quarto lugar, ele frisa que até mesmo a mais corriqueira negociação fica impossibilitada de fazer parte do pressuposto de que o outro é réprobo²⁹. Em quinto lugar, ele insiste, que se o cenário não mudar manufaturas francesas que geram muitos empregos e divisas continuarão saindo para a Holanda, de onde não voltarão³⁰.

²⁴ VOLTAIRE, 2000, p. 26.

²⁵ VOLTAIRE, 2000, p. 27.

²⁶ VOLTAIRE, 2000, p. 22, 25.

²⁷ VOLTAIRE, 2000, p. 23.

²⁸ VOLTAIRE, 2000, p. 29-30; 32.

²⁹ VOLTAIRE, 2000, p. 124.

³⁰ VOLTAIRE, 2000, p. 130-1.

Pomeau, na introdução ao livro de Voltaire, chama a atenção para o fato de que o conflito religioso permite que tensões de outra ordem se manifestem³¹. Outros autores chamaram a atenção para as tentativas de descaracterização religiosa destes eventos que se deram na França em torno do protestantismo³². O fato é que, como bem observou, Walker, nos Países Baixos e na França, os elementos políticos e econômicos foram mesclando-se cada vez mais ao religioso, com crescente destaque para este último³³. Os argumentos de Voltaire, embora tragam um forte viés filosófico, deixam transparecer os reais benefícios da tolerância para a vida social: a paz e o respeito que permitem o tranqüilo desenvolvimento econômico da sociedade.

Epílogo

A título de encerramento vale citar estas palavras de Voltaire, porque caracterizam o seu enfoque filosófico ao mesmo tempo em que indicam a ocultação das motivações materiais da tolerância:

Esse texto sobre a tolerância é uma petição que a humanidade apresenta muito humildemente ao poder e à prudência. Semeio um grão que algum dia poderá produzir uma grande colheita. Esperemos tudo do tempo, da bondade do rei, da sabedoria de seus ministros e do espírito de razão que começa a espalhar por toda parte sua luz.³⁴

³¹ POMEAU René. Introdução. In: VOLTAIRE, 2000, p. vii.

³² LINDBERG, 2001, p. 349-50.

³³ WALKER, 1981, p. 112.

³⁴ VOLTAIRE, 2000, p. 136.